

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADOS
2022

MUNICÍPIO DE LISBOA

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
3 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS EM 2022	8
3.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DO UNIVERSO MUNICIPAL.....	17
4 BREVE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	17
4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR.....	18
4.1.1 BALANÇO CONSOLIDADO.....	19
4.1.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	21
4.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	21
5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	24
1 BALANÇO CONSOLIDADO	25
2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	26
3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA.....	27
4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	28
5 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	29
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	59
1 INTRODUÇÃO	60
2 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL	61
3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADA.....	62
4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADA.....	63



**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO**

1 INTRODUÇÃO

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que *“a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*. O presente relatório, que anexa as contas consolidadas, visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

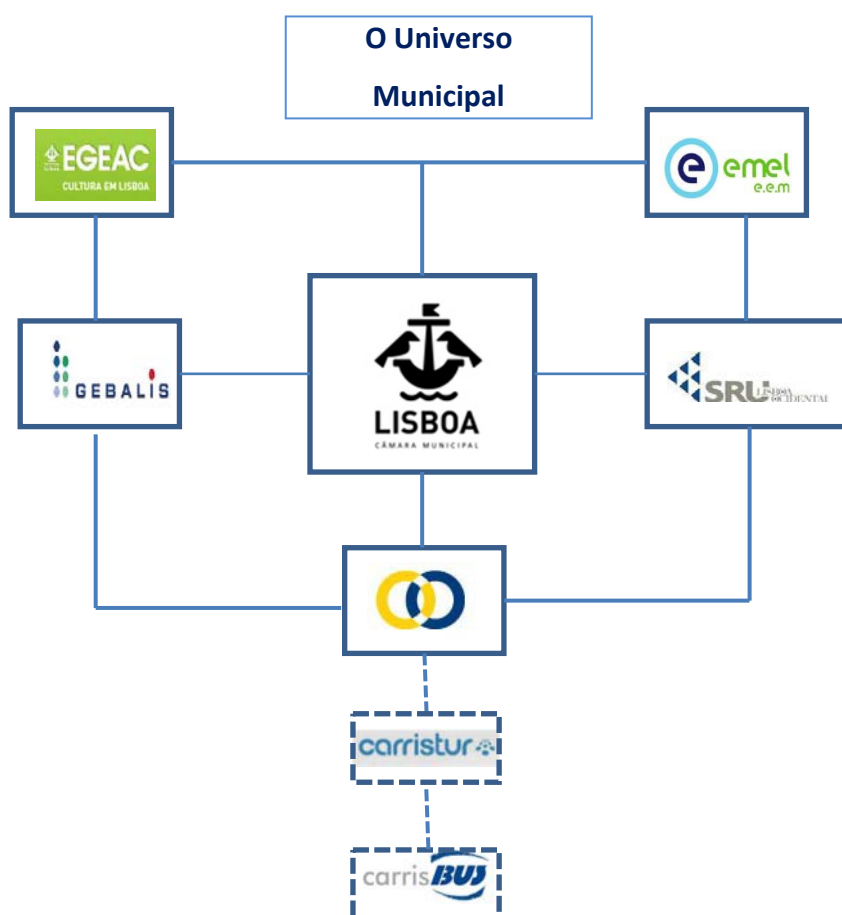
Apesar do nº 7 do supracitado artigo prever apenas Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos resultados por natureza; Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; e Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, da leitura conjugada com o nº 2 que prevê que o regime será do “Plano de Contas em vigor para o setor local”, integra-se com as necessárias adaptações o previsto nas NCP 1, NCP 22 e NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no que concerne às demonstrações financeiras e orçamentais, e ainda, o modelo preconizado no Manual do Relatório Integrado publicado on-line pela UNILEO.

Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas, sendo o método integral o utilizado, uma vez que o Município de Lisboa é detentor de uma percentagem de controlo em todas as entidades incluídas no seu perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma duplicação de valores. O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2 ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do seu perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: o Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. (inclui a consolidação da Carris com as suas participadas, Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.), a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., a GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e a LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A. (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em termos de demonstrações financeiras o universo Municipal é o seguinte:



No que se refere às demonstrações orçamentais consolidadas, o Universo Municipal é apenas constituído pelo Município de Lisboa, pela GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e pela LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.,

S.A., no caso da Administração Local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, de acordo com a NCP 26 número 7.2, paragrafo 23, do SNC-AP.

3 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS EM 2022

Relativamente ao Município e a cada uma das empresas municipais, releva-se:

Município de Lisboa

Após dois anos fortemente afetados pela pandemia e do correspondente impacto tanto na receita como na despesa, consequência da redução generalizada da atividade económica, nomeadamente do turismo, e das medidas adotadas para a proteção/mitigação dos efeitos da pandemia, através, mormente, da isenção total/parcial de taxas e outras receitas municipais, da aquisição de bens e serviços específicos de proteção da saúde, da realização de programas de apoio social, às empresas, à atividade cultural, desportiva e recreativa, bem como, do reforço à subsídio das empresas municipais, o ano de 2022 ficou marcado por dois fatores de natureza exógena, com impacto oposto na economia.

Por um lado, o levantamento das restrições existentes no âmbito da pandemia permitiu uma forte recuperação económica em 2022, reflexo sobretudo do crescimento do consumo privado e das exportações. Contudo, o conflito militar resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia teve como consequência o agravamento da inflação, resultando numa subida generalizada dos preços, designadamente na energia e nos bens alimentares, em restrições do lado da oferta e na depreciação do euro.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o Município de Lisboa aceitou, com início no ano letivo de 2020/2021, competências no domínio da educação, materializadas no planeamento, na gestão e na execução de investimentos referentes aos estabelecimentos de ensino público integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário (conforme Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

No quadro da assunção de competências na área da cultura, materializada no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 20 de janeiro, alterado pelo artigo 190.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 4/2022, de 4 de janeiro, em junho de 2021, a gestão do Arco da Rua Augusta foi transferida para o Município de Lisboa, para desenvolvimento do projeto de valorização cultural e turística, visando a abertura do monumento a visitas ao público.

Na área do estacionamento público, e conforme estipulado no Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro, foi atribuída ao Município de Lisboa a competência para fiscalizar o estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades e proceder à instrução de procedimentos

contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nas vias sob jurisdição municipal.

O bom desempenho orçamental dos últimos anos, apenas perturbado nos anos de pandemia, e a contínua consolidação da dívida, permitiram ao Município de Lisboa suportar a pressão suplementar na despesa e os impactos na receita, com elasticidade orçamental e resiliência, socorrendo-se da designada reserva de contingência, ou seja, da dotação orçamental estabelecida para dar cobertura a situações não planeadas ou inesperadas, preservando, simultaneamente, a sua carteira de atividades e de governação da Cidade.

O conjunto das empresas municipais, incluindo a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) que integra a esfera municipal desde 1 de fevereiro de 2017 (Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que estabeleceu, entre outros, a transferência integral das ações representativas do capital social da empresa do património do Estado para o Município de Lisboa), fecharam o ano em equilíbrio de contas, com reforço de autonomia face às transferências do Município, como foi o caso da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., da EMEL - Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. e da Carris.

Registou-se um acréscimo de 2,2% no mapa de pessoal, face ao ano de 2021, fundado na necessidade de assegurar os rácios de pessoal não docente definidos pelo Ministério da Educação, na sequência da descentralização de competências no domínio da Educação, pelo que o Município procedeu à abertura de procedimentos concursais para as categorias de assistente técnico e assistente operacional com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo, concorrendo também para o aumento verificado, a conclusão dos procedimentos concursais em áreas como a higiene urbana, socorro à cidade e áreas técnicas.

Grupo CARRIS

A CARRIS tem como principal atividade a prestação de serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros.

Ao longo de 2022 foi-se verificando uma evolução positiva da situação epidemiológica causada pelo vírus COVID- 19, como tal, caracterizou-se pelo ano da retoma gradual à normalidade na CARRIS com os níveis da procura a atingirem o valor de 91% face ao ano de 2019 (último ano pré-pandemia). Em termos de receita tarifária (incluindo compensações tarifárias) assistiu-se a um aumento de 31,9%, contudo regista ainda uma diminuição de cerca de 2,4 milhões de euros face ao ano de 2019.

Para este aumento da procura contribuiu indubitavelmente a recente medida adotada pela Câmara Municipal de Lisboa, de atribuição da gratuitidade de acesso ao transporte público na cidade de Lisboa,

aos maiores de 65 anos e aos jovens estudantes com idade inferior a 23 anos. Medida que atingiu uma expressiva adesão na ordem dos 70 mil utilizadores em dezembro de 2022.

Em termos de oferta, a CARRIS apresenta um aumento do rácio veículos/km em +1,1%, correspondendo a +387 mil veículos/km, assim como a manutenção de elevados níveis de cumprimento do serviço, apresentando uma taxa de cumprimento de serviço, em veículo/km, na ordem dos 98,68%, resultado do esforço da CARRIS na melhoria contínua da oferta realizada e na qualidade do serviço prestado.

A CARRIS conseguiu manter uma situação financeira equilibrada, apresentando um EBITDA e Resultados Líquidos positivos, uma autonomia financeira de 52,5% e uma solvabilidade de 110,5%.

A CARRISTUR, detida em 100% pela CARRIS, tem a sua atividade essencialmente relacionada com o sector turístico. Após dois anos extremamente penalizadores, verificou-se, em 2022, um certo regresso à “normalidade” pré pandémica, com uma rápida recuperação do setor do turismo à escala mundial, o que se sentiu também em Lisboa.

Apesar de acontecimentos mundiais marcantes, como a guerra na Europa, a inflação, a instabilidade de alguns mercados ou as alterações climáticas, a vontade de viajar tem prevalecido.

Ao contrário dos dois anos anteriores, não se verificou nenhuma situação sanitária de tal forma grave que obrigasse à suspensão da atividade da CARRISTUR, no entanto, só foram explorados os produtos de forte retorno financeiro, e pelo terceiro ano consecutivo, não foi ativada a exploração sazonal nas cidades de Coimbra, Braga, Guimarães e Ponta Delgada.

Este aumento de atividade, a par com um controlo de custos muito rigoroso, permitiu que a empresa regressasse aos resultados positivos, obtendo um resultado líquido positivo de 1,9 milhões de euros, que ultrapassou os valores de 2019.

A atividade de formação e da Escola de Condução apresentou também uma recuperação, em resultado da libertação dos constrangimentos e restrições de movimentação impostos pela pandemia.

O Grupo CARRIS, em 2022, apresenta um resultado líquido positivo na ordem dos 2,898 milhões de euros.

EGEAC

Os Instrumentos de Gestão Previsional foram aprovados através da Proposta Nº 12 de 20 de janeiro de 2022. O respetivo Contrato Programa, no valor de 16 313 146,00 euros foi completamente transferido para a EGEAC.

O ano de 2022 foi abordado com prudência, mas também com confiança e otimismo, com a consciência que a incerteza se manteria. Por um lado, por desconhecer-se o evoluir da pandemia, por

outro, por não se dominar o comportamento dos fluxos turísticos para a cidade de Lisboa. Contudo, foi um ano de plena atividade e normal funcionamento de todos os equipamentos mesmo com a alteração da constituição do Conselho de Administração no início de agosto, deliberado através da Proposta nº 490/2022.

O otimismo prudente concretizou-se, mas não tanto quanto se previu. As Vendas e Prestações de Serviços foram quase 3 vezes superiores às do ano transato, mas ainda assim 11% abaixo do orçamentado. Com esta perspetiva e sem dominar-se a realidade do último trimestre de 2022, acautelou-se, em tempo, o equilíbrio das contas da EGEC com uma Adenda ao Contrato Programa, no valor de 500 mil euros – Proposta Nº 850/2022. A realidade, do lado da receita, superou as estimativas do último trimestre do ano, pelo que não houve necessidade de qualquer utilização desta Adenda.

De salientar que foram cumpridos os Indicadores de Eficácia e Eficiência propostos em sede de Contrato Programa. No âmbito dos Objetivos e Metas, foi possível cumprir todos com exceção de dois:

- a) A desmaterialização dos Processos, por falta da implementação da gestão documental;
- b) O Reforço da Informação Digital só foi possível em 90%. Existem ainda situações em curso na disponibilização ao público das coleções de alguns museus.

Rendimentos

Os rendimentos globais apresentam um desvio negativo de 5%, ultrapassando os 1,8 milhões euros. As Bilheteiras e os Patrocínios são as rubricas que contribuem para este desvio. Enquanto a primeira está diretamente ligada ao fluxo turístico, o desvio dos Patrocínios advém da conjuntura económica completamente desfavorável com as empresas a reduzirem a despesa neste tipo de investimentos. As Bilheteiras, se comparadas com 2019, ainda estão aquém em mais 3,9 milhões euros.

Gastos

Os gastos globais situam-se 5% abaixo do orçamentado, representando um desvio de 1,9 milhões de euros. O maior desvio acontece nos Gastos de Funcionamento com menos de 1,1 milhões de euros. Entre o momento da elaboração do orçamento, o lançamento dos concursos e as adjudicações, assinala-se uma considerável diferença, em baixa, dos preços considerados inicialmente. Seguem-se as Despesas com Pessoal com menos 278 mil euros e Amortizações com menos 256 mil euros. O desvio na programação, no valor de 217 mil euros, surge na sequência do cancelamento e/ou adiamento de alguns espetáculos por motivos de doença, nomeadamente, de intervenientes das companhias contratadas. O desvio nas Despesas com o Pessoal advém de não terem sido concretizadas algumas admissões e de algumas baixas prolongadas

Investimento

No Investimento, a taxa de realização foi de 60%. Se em alguns equipamentos, nomeadamente nas Galerias e Cinema S. Jorge em que se ultrapassou mais de 70% o orçamento inicial, outras ficaram aquém dos objetivos. É no Museu de Lisboa, no Castelo de S. Jorge e na Sede que acontecem os maiores desvios. Se no 1º e 2º caso são razões de conjuntura aliadas ao mau tempo, no caso da Sede trata-se de uma reconfiguração do investimento. O sistema de bilhética atual foi adjudicado na base da prestação de um serviço e não na aquisição de software, bem como não foi possível iniciar a aquisição do novo ERP e sistema de gestão documental.

EMEL

Após as dificuldades decorrentes da pandemia nos dois exercícios anteriores, o ano de 2022 ficou marcado pelo regresso da empresa a um desempenho económico marcado pela normalidade.

Embora com variações distintas nas áreas operacionais da empresa, considerando a globalidade dos rendimentos, apuraram-se crescimentos de 38,1% face a 2021 e de 4,8% em relação a 2019 (último exercício sem impacto da pandemia).

A EMEL continua a investir nos sistemas de mobilidade, nomeadamente no modo ciclável que tem merecido grande esforço por parte da empresa, seja pela concretização de projetos de novas vias para a rede ciclável ou pela disponibilização e expansão da rede do GIRA. A empresa encontra-se igualmente empenhada na execução da ponte ciclo pedonal sobre o Rio Trancão, que permitirá uma solução de continuidade da rede intermunicipal, trazendo grandes benefícios para os utilizadores de bicicleta.

Na gestão da Sinalização Luminosa Automática de Tráfego, a EMEL tem quase concluída a modernização da rede, integrando as interseções no sistema de gestão central (SIM.Lx), à medida que estas recebem novos equipamentos, viabilizando desta forma o acesso a novas ferramentas de gestão com capacidade de intervenção no tráfego em tempo real e de modo integrado.

O envolvimento da empresa na promoção da mobilidade elétrica traduziu-se, em 2022, num elevado crescimento da receita, essencialmente devido à elevada procura dos carregamentos rápidos. Contudo, a presença na via pública quase que se resume aos *hubs*, situação que se alterará em breve, com a instalação de vários postos de carregamento semirrápidos.

O investimento realizado em 2022 apresentou uma redução face ao que foi conseguido em anos anteriores. De qualquer forma, apesar desta quebra, a execução aproximou-se dos 5 milhões de euros, sendo o Funicular da Graça e a requalificação do parque da Calçada do Combro os projetos que mais contribuíram para o valor total do investimento. Num segundo plano, também há que relevar o investimento realizado na aquisição de parquímetros e de sinalização vertical.

Concluindo e após dois anos de problemas provocados pela pandemia, o ano de 2022 demonstrou que a empresa já se encontra numa fase de normalidade e de forte sustentabilidade. Os valores obtidos nesse ano refletem um forte equilíbrio em termos económicos e em termos financeiros. Por este motivo, as perspetivas futuras continuam a ser caracterizadas por um forte otimismo, ficando demonstrado que a empresa mantém uma boa capacidade para investir na cidade Lisboa.

GEBALIS

O ano de 2022 tem a particularidade de ter sido o primeiro ano em funções de um novo Conselho de Administração.

Na lógica da gestão da Empresa, à data de entrada deste Conselho de Administração, foram definidas 4 grandes prioridades, tendo em conta a magnitude social associada e o número de agregados afetados: a reabilitação e afetação a programas de arrendamento municipal dos 1600 fogos devolutos; o reforço do investimento na manutenção e reparação de elevadores; a requalificação dos bairros municipais em pior estado de degradação e o aumento do peso e relevância dos projetos de intervenção comunitária na ação da Empresa.

No plano externo, estes foram, por isso, os grandes eixos de atividade da Gebalis em 2022, em que as pessoas, a melhoria da sua qualidade de vida e a sua integração em comunidade foram colocados no centro da sua atuação.

Sem nunca esquecer a razão de existir da Empresa, a Gebalis olhou também para dentro, para a casa, para os trabalhadores. Valorizar e reconhecer o maior ativo da Empresa é um dever que foi assumido desde a primeira hora, quer pela dedicação que os trabalhadores empregam na nobre e complexa missão que têm em mãos, quer pela forma como se entregam, a querer fazer sempre mais pela melhoria das condições de vida dos moradores.

O ano de 2022 foi, por isso, um ano em que os trabalhadores foram parte fundamental e integrante do processo de decisão. Foi com eles que se construiu uma nova estrutura orgânica da Empresa, mais horizontal, moderna e capaz de responder com maior profissionalismo aos muitos desafios que esta enfrenta. Foi com eles (e naturalmente com a Comissão de Trabalhadores e as estruturas sindicais) que foi revisto o Acordo de Empresa, com o objetivo de oferecer melhores condições de trabalho aos atuais e futuros trabalhadores. Foi com eles que foi escrito o Livro Branco da Habitação Municipal de Lisboa, como forma de registar o diagnóstico social dos bairros municipais, feito, na primeira pessoa, pelos técnicos de intervenção comunitária. Foi com eles que foram renovados 6 Gabinetes de Intervenção Local, oferecendo melhores condições de atendimento aos munícipes e melhores condições de trabalho aos que, diariamente, e no terreno, são o principal rosto da Gebalis no contacto

com os moradores e no permanente reforço de uma política de proximidade. E foi, igualmente, com eles, que se criou a "Academia Gebalis", para mais e melhor formação interna.

"Colocar as pessoas em primeiro lugar" é o mote e princípio basilar que norteia a ação da Gebalis: responder de forma concreta aos problemas das nossas comunidades, através da recuperação do edificado e, tão ou mais importante, pela inclusão dos nossos moradores no ambiente social da cidade de Lisboa. 327 fogos reabilitados, 3871 ações comunitárias realizadas, 91618 atendimentos concretizados e 4427 visitas domiciliárias efetuadas. 99,2% de execução financeira de contratos-programa celebrados com a CML. O ano de 2022 em números mostra-nos que o caminho preconizado para a Empresa começa a apresentar resultados e que as expetativas, que por muitos vão sendo criadas, são consequência natural da altura a que, diariamente, colocamos a fasquia do sucesso.

Certamente ainda aquém na resposta às situações precárias em que muitas famílias vivem, reconhece-se que a Empresa ainda não responde aos moradores no tempo desejado, embora haja a convicção de se estar mais perto de atingir os objetivos propostos.

A celebração de 2 contratos-programa (1 dos quais já totalmente executado), em 2022, entre a CML e a Gebalis, que garantem o investimento de 42 milhões de euros nos bairros municipais de Lisboa, para o período 2022-2026, é apenas o ponto de partida de um plano de investimento transversal, que abrangerá a totalidade das freguesias da cidade com habitação municipal.

As necessidades de intervenção são, de facto, muitas, estão identificadas e está-se a trabalhar e a envidar todos os esforços para as solucionar. Os desafios ao nível das respostas de ação comunitária estão bem presentes, as urgências de recuperação do edificado são uma realidade que não se pode negar e os atrasos de anos no digital e na forma como a Empresa comunica e se relaciona com os moradores também não podem ser descurados.

Sendo os primeiros a exigir mais e melhores respostas da Empresa às nossas comunidades, foi reforçada a aposta nas intervenções comunitárias, com mais investimento e o aumento do número de ações e projetos desenvolvidos, precisamente por reconhecer-se que o "cimento" e o "tijolo" são muito importantes, mas que isoladamente não transformam os bairros municipais nos centros de dinamismo e integração social que se ambiciona para a cidade.

Lisboa Ocidental, SRU

O ano de 2022 foi um ano marcado pelo início do conflito militar da Rússia para com a Ucrânia que, apesar de não ter proporcionado alterações significativas em matéria de Boas Práticas para a Lisboa Ocidental SRU, desencadeou um aumento do custo de produção e transporte de matérias-primas, essenciais para os fornecedores, na execução de trabalhos que a estes se encontram adjudicados, bem

como de futuros trabalhos a adjudicar, dificultando neste sentido a identificação do preço para cada procedimento concursal. Por conseguinte, a atividade da SRU, atualmente centrada na gestão de projetos e obras, sofreu um impacto direto e relevante destas circunstâncias extraordinárias.

2022 foi também um ano de consolidação da operacionalização da estratégia definida pelo Município de Lisboa, tendo-se registado, apesar do supracitado conflito militar na Europa, uma forte estabilização da atividade e uma elevada taxa de execução dos projetos e obras previstas, dando seguimento ao sucedido no ano de 2021.

As atividades desenvolvidas resultaram do plano para 2022, e subsequente Revisão aos Instrumentos de Gestão Previsionais para o mesmo ano, ocorrida em julho, que ajustou o referido Plano de Atividades, aprovado pelo Município de Lisboa, às necessidades presentes e futuras dos Programas, refletidos formalmente nos Contratos de Mandato celebrados com o Município.

Os Programas e os Contratos de Mandatos orientam, portanto, de forma crucial a atividade da empresa, possibilitando, com orgulho e sentido de responsabilidade, para a prossecução de quatro das políticas públicas que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade, tal como definidas pelos Órgãos Municipais.

- **Programa Habitação a Renda Acessível;**

Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis (PACA) – PRA Público - Tem como objetivo a construção em terrenos municipais e a colocação no mercado de arrendamento de 3.000 habitações com rendas acessíveis dirigidas à classe média;

Programa de Arrendamento Acessível – Concessões - Tem no seu propósito prestar assessoria à Câmara Municipal de Lisboa na preparação das operações de Renda Acessível a desenvolver num modelo de cooperação com o sector privado, através de contratos de Concessão de Obra Pública.

- **Programa Escolas e Creches**

O plano de beneficiação geral dos equipamentos escolares contempla a melhoria das condições de segurança, de acessibilidades, de funcionalidade, de conforto e ambientais, através da implementação de diversas soluções técnicas.

- **Programa Centros de Saúde e outros equipamentos**

Este programa tem por missão a instalação de Unidades de Saúde, Centros Intergeracionais, equipamentos culturais/comunitários, 2 edifícios municipais de Serviços e 2 Postos de Limpeza no Município.

- **Programa Espaço Público**

Este programa tem como missão a promoção de intervenções de requalificação de espaços públicos existentes com dotação de passeios, ciclovias, zonas de lazer e desporto, reorganização de estacionamento e mobiliário urbano, bem como a criação de parques urbanos, obras de arte (pontes e túneis) e rodovias.

Foi deste modo possível alcançar uma taxa de execução de cerca de 81% do valor orçamentado para o Plano de Atividades.

3.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DO UNIVERSO MUNICIPAL

Unid: milhares de euros

Rubricas	Município	GRUPO CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	2.077.572	78.674	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	2.956.593	110.576	3.622	41.362	4.140	17.367
Activo Não Corrente	3.286.606	126.034	9.813	62.134	1.742	31.992
Activo Corrente	346.965	87.214	5.701	15.855	21.199	29.981
Passivo Total	676.978	102.672	11.892	36.627	17.059	44.606
Passivo Não Corrente	459.897	36.897	1.426	4.151	8.412	20.068
Passivo Corrente	181.081	65.775	10.467	32.476	8.647	24.539
Rendimentos Totais	934.522	167.318	32.626	48.411	32.504	75.585
Subsídios de Exploração	82.903	50.119	16.522	-	11.372	8.935
Gastos Totais	-834.761	-164.420	-32.587	-46.727	-32.342	-75.577
Gastos com Pessoal	-268.518	-86.413	-15.532	-18.826	-6.699	-5.445
RAI	99.761	2.471	39	1.684	162	8
EBITDA	181.580	2.508	1.544	8.482	349	308
RL	99.761	2.898	6	1.218	117	-
N.º Empregados	10 189	2.800	427	784	247	112

4 BREVE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 389,9 milhões de euros, que representa 11 % do total do ativo do Município, individualmente considerado e o total das vendas, prestações de serviços e impostos é de 258,0 milhões de euros que comparam com os 740,8 milhões de euros obtidos pelo Município.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município durante o ano de 2022, quando individualmente considerado. Todos os aspetos positivos e negativos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2022, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

Salienta-se a existência do registo de trabalhos para a própria entidade em termos consolidados, de 72,1 milhões de euros (SRU: 68,8 milhões de euros; EMEL: 2,9 milhões de euros), que se refere à faturação ao Município por parte das empresas, ao abrigo dos contratos de mandato e que o Município regista em Ativos Fixos tangíveis (investimentos em curso). Estão ainda incluídos 386,7 mil euros, relativos a trabalhos gerados no Grupo Carris.

4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR

4.1.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2022	2021	2022-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.165.539.966,47	2.828.175.370,26	337.364.596,21
Propriedades de investimento	9.870.979,41	9.923.599,32	-52.619,91
Ativos intangíveis	3.506.026,32	4.789.422,74	-1.283.396,42
Ativos biológicos			
Participações financeiras	68.693.353,79	67.956.273,45	737.080,34
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados	1.219.909,77	1.760.355,66	-540.445,89
Diferimentos	1.853.151,13	38.122,87	1.815.028,26
Outros ativos financeiros	1.049.854,24	1.932.799,96	-882.945,72
Ativos por impostos diferidos	117.510,09	294.746,60	-177.236,51
Outras contas a receber	33.732.998,82	32.380.425,11	1.352.573,71
	3.285.583.750,04	2.947.251.115,97	338.332.634,07
Ativo corrente			
Inventários	7.089.545,10	6.208.698,11	880.846,99
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não	5.330.959,28	1.840.879,28	3.490.080,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Clientes, contribuintes e utentes	13.176.582,68	17.724.526,43	-4.547.943,75
Estado e outros entes públicos	8.419.441,05	6.815.545,29	1.603.895,76
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	218.407.671,62	223.633.905,04	-5.226.233,42
Diferimentos	5.621.859,85	7.455.914,84	-1.834.054,99
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	210.784.002,33	222.442.148,74	-11.658.146,41
	468.830.061,91	486.121.617,73	-17.291.555,82
Total Ativo	3.754.413.811,95	3.433.372.733,70	321.041.078,25
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	-
Ações (quotas) próprias	-4,00	-4,00	-
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	96.339.518,26	96.333.142,19	6.376,07
Resultados transitados	175.857.550,13	18.340.260,27	157.517.289,86
Ajustamentos em ativos financeiros	-11.254.649,08	-11.647.273,46	392.624,38
Excedentes de revalorização	68.729.547,71	67.384.597,79	1.344.949,92
Outras variações no Património Líquido	461.654.378,21	462.585.979,36	-931.601,15
Resultado líquido do período	103.652.158,52	-86.222.087,26	189.874.245,78
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido	2.972.550.136,45	2.624.346.251,59	348.203.884,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	155.778.448,78	204.721.220,02	-48.942.771,24
Financiamentos obtidos	258.420.255,21	244.358.904,83	14.061.350,38
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18.803.084,38	11.356.493,56	7.446.590,82
Diferimentos	77.204.169,86	43.364.727,04	33.839.442,82
Passivos por impostos diferidos	13.280.972,01	13.318.488,62	-37.516,61
Outras contas a pagar	27.889.361,72	41.599.934,81	-13.710.573,09
	551.376.291,96	558.719.768,88	-7.343.476,92
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	50.000,00	6.984,90	43.015,10
Fornecedores	15.888.409,84	21.458.273,94	-5.569.864,10
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.442.466,38	1.451.128,58	-8.662,20
Estado e outros entes públicos	7.448.628,40	9.515.576,31	-2.066.947,91
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	30.121.042,21	31.910.308,22	-1.789.266,01
Fornecedores de investimentos	4.455.570,63	1.548.531,64	2.907.038,99
Outras contas a pagar	138.512.004,65	153.157.362,78	-14.645.358,13
Diferimentos	32.569.261,43	31.258.546,86	1.310.714,57
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
	230.487.383,54	250.306.713,23	-19.819.329,69
Total Passivo	781.863.675,50	809.026.482,11	-27.162.806,61
Total Património Líquido e Passivo	3.754.413.811,95	3.433.372.733,70	321.041.078,25

- O valor do ativo consolidado é de 3.754,4 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.633,6 milhões de euros, cerca de 97%;
- Comparativamente com o ano de 2021, verifica-se que os Ativos Fixos Tangíveis observaram um acréscimo de 337,4 milhões de euros, em resultado das adições e alienações registadas, principalmente no que se refere aos trabalhos efetuados pela Lisboa Ocidental, SRU, e EMEL no âmbito dos contratos de mandato. Nos Investimentos em curso promovidos diretamente pelo Município destacam-se os trabalhos referentes aos Túneis de Drenagem, as várias empreitadas de Reabilitação de Edifícios Municipais, Obras de Beneficiação nos Quartéis dos Bombeiros e Reabilitação dos Edifícios adquiridos à Segurança Social e várias empreitadas relativas ao Saneamento. Estes valores foram deduzidos pelo reconhecimento das depreciações do período;
- O património líquido apresenta um valor de 2.972,6 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 348,2 milhões de euros, comparativamente com o período anterior, que é justificada essencialmente pelo resultado líquido do Município e do acréscimo verificado em resultados transitados, que apesar de integrar o valor da aplicação do Resultado líquido negativo de 2021, inclui os registos dos carregamentos históricos dos Ativos Fixos Tangíveis e dos ajustamentos efetuados à vida útil dos bens, por força da passagem do POCAL para o SNC-AP;
- No que se refere ao passivo total, registou-se um decréscimo de 27,2 milhões de euros, reflexo essencialmente de as provisões apresentarem, em termos gerais, um decréscimo significativo, sendo que as provisões para processos judiciais conheceram um decréscimo em termos líquidos, face ao ano transato. Esta variação teve origem no facto de o Departamento Jurídico do Município, ter reavaliado a posição dos diversos processos, tendo em conta as informações e o estado atual de cada um deles. As provisões para responsabilidade com pensões também evidenciaram uma quebra, reflexo dos dados de janeiro de 2023 fornecidos pela CGA e do cálculo efetuado por uma empresa especializada em análises atuariais, o que levou à atualização das mesmas.

A rubrica de diferimentos, também manifestou um crescimento justificado essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios de capital obtidos, com condições, referente ao IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

As rubricas outras contas a pagar, comparativamente com o período homologado, decresceram devido essencialmente ao cumprimento das obrigações, relativas aos acordos de pagamento efetuados com diversas entidades, em anos anteriores.

4.1.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

- O resultado líquido consolidado é positivo em 103,7 milhões de euros, apresentando um acréscimo significativo de 189,9 milhões de euros comparativamente com o período homólogo de 2021.
- A variação mais significativa ocorreu nas rubricas impostos, contribuições e taxas, devido ao aumento do valor proveniente do Imposto Municipal sobre Transações (IMT) de ≈23,1 milhões de euros, Taxa Turística de ≈23,1 milhões de euros e Derrama de ≈19,4 milhões de euros. As variações aqui representadas refletem a melhoria das atividades económicas, após a pandemia;
- As Prestações de Serviços e concessões também relevaram para esta variação, apresentando um incremento de ≈67,4 milhões de euros, face ao seu período homólogo. As contribuições de maior relevo neste agregado, foram os acréscimos de ≈16,7 milhões de euros no Município, ≈32,7 milhões de euros no grupo Carris e ≈11,5 milhões de euros na EMEL;
- Nas Transferências e Subsídios Concedidos, o maior decréscimo verificado é em Transferências Correntes a Sociedades não Financeiras, que apresentam um decréscimo de ≈34,2 milhões de euros, uma vez que, neste período de 2022, não se procedeu à atribuição dos apoios concedidos no âmbito da COVID-19;
- A diminuição dos gastos referentes a Provisões é de 59,4 milhões de euros, face aos valores registados em 2021, salientando-se as reduções nas Provisões para processos judiciais em 46,7 milhões de euros e na provisão relativa a pensões e acidentes de trabalho em 8,3 milhões de euros.
- O resultado consolidado encontra-se ainda afetado positivamente em 72,1 milhões de euros (2021: 86,9 milhões de euros), pelo registo do valor dos trabalhos para a própria entidade, que se referem aos trabalhos efetuados pelas empresas municipais nos ativos do Município, ao abrigo dos contratos de mandato.

4.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados o balanço e a demonstração de resultados muito sintetizados:

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
	2022	2022	2022	2022	2022
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	3.165.539.966,47	2.973.742.130,04	206.600.209,63	-14.802.373,20	94%
Outras contas a receber	33.732.998,82	33.732.998,82	-	-	100%
Outros	86.310.784,75	279.131.306,24	25.114.482,66	-217.935.004,15	323%
	3.285.583.750,04	3.286.606.435,10	231.714.692,29	-232.737.377,35	100%
Ativo corrente					
Outras contas a receber	218.407.671,62	222.986.797,25	31.262.584,51	-35.841.710,14	102%
Caixa e depósitos	210.784.002,33	104.184.473,96	106.599.528,37	-	49%
Outros	39.638.387,96	19.793.243,88	20.346.774,16	-501.630,08	50%
	468.830.061,91	346.964.515,09	158.208.887,04	-36.343.340,22	74%
Total Ativo	3.754.413.811,95	3.633.570.950,19	389.923.579,33	-269.080.717,57	97%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	114.422.918,11	-114.422.918,11	100%
Outras variações no Património Líquido	461.654.378,21	407.251.612,09	54.402.766,12	-	88%
Outros	329.671.963,02	372.008.702,93	4.000.985,49	-46.337.725,40	113%
Resultado líquido do período	103.652.158,52	99.760.613,60	4.239.604,00	-348.059,08	96%
Total Património Líquido	2.972.550.136,45	2.956.592.565,32	177.066.273,72	-161.108.702,59	99%
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	155.778.448,78	147.021.445,97	8.757.002,81	-	94%
Financiamentos obtidos	258.420.255,21	236.134.825,96	22.285.429,25	-	91%
Outros	137.177.587,97	112.740.982,83	39.911.605,14	-15.475.000,00	82%
	551.376.291,96	495.897.254,76	70.954.037,20	-15.475.000,00	90%
Passivo corrente					
Outras contas a pagar	138.512.004,65	119.081.736,53	80.068.369,53	-60.638.101,41	86%
Diferimentos	32.569.261,43	26.390.732,80	9.364.040,06	-3.185.511,43	81%
Outros	59.406.117,46	35.608.660,78	52.470.858,82	-28.673.402,14	60%
	230.487.383,54	181.081.130,11	141.903.268,41	-92.497.014,98	79%
Total Passivo	781.863.675,50	676.978.384,87	212.857.305,61	-107.972.014,98	87%
Total Património Líquido e Passivo	3.754.413.811,95	3.633.570.950,19	389.923.579,33	-269.080.717,57	97%

Como se pode verificar no quadro acima, no período findo em 31 de dezembro de 2022, os valores do balanço consolidado não apresentam variações muito significativas relativamente ao balanço individual do Município, que representa cerca de 97% do Ativo consolidado.

Nos Ativos Fixos Tangíveis, as outras entidades (entidades do perímetro de consolidação) com um valor de 206,6 milhões de euros, inclui-se um valor de 122,6 milhões de euros (59,3%) relativo ao grupo Carris.

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
Rendimentos e Gastos	2022	2022	2022	2022	2022
Impostos, contribuições e taxas	618.161.331,11	618.233.588,17		-72.257,06	100%
Prestações de serviços e concessões	303.422.545,30	116.122.172,01	257.446.242,37	-70.145.869,08	38%
Transferências e subsídios correntes obtidos	93.832.405,45	82.903.410,69	86.948.109,15	-76.019.114,39	88%
Fornecimentos e serviços externos	-315.112.538,67	-161.715.979,06	-158.658.149,94	5.261.590,33	51%
Gastos com pessoal	-401.184.650,79	-268.517.570,11	-132.915.350,70	248.270,02	67%
Transferências e subsídios concedidos	-178.524.734,71	-258.366.075,93		79.841.341,22	145%
Outros	91.793.059,17	52.920.370,33	-21.805.929,96	60.678.618,80	58%
Resultados antes de depreciações e gastos de	212.387.416,86	181.579.916,10	31.014.920,92	-207.420,16	85%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-107.126.395,46	-80.770.636,51	-26.355.758,95		75%
Resultado operacional (antes de gastos de	105.261.021,40	100.809.279,59	4.659.161,97	-207.420,16	96%
Outros	-1.483.803,17	-1.048.665,99	-294.498,26	-140.638,92	71%
Resultado antes de impostos	103.777.218,23	99.760.613,60	4.364.663,71	-348.059,08	96%
Imposto sobre o rendimento	-125.059,71		-125.059,71		-
Resultado líquido do período	103.652.158,52	99.760.613,60	4.239.604,00	-348.059,08	96%

No quadro acima, verifica-se que as contas individuais do Município mantêm o seu peso, comparativamente com os rendimentos e gastos consolidados.

5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

No entanto, refere-se que está em conclusão, tendo a respetiva proposta nº 42/2023 já ter sido aprovada em reunião de Câmara, aguardando a respetiva apreciação na Assembleia Municipal de Lisboa, não tendo por isso sido integrado nas contas de 2022, o levantamento cadastral da rede de saneamento que tem o apoio técnico do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no âmbito do projeto mais alargado de implementação de um sistema de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) obrigatório nas entidades gestoras que sirvam mais de 30.000 habitantes, de acordo com o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

1 BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Lisboa

Balanço Consolidado - 31 de dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Notas	Consolidado do Município de Lisboa	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.165.539.966,47	2.828.175.370,26
Propriedades de investimento	8	9.870.979,41	9.923.599,32
Ativos intangíveis	3	3.506.026,32	4.789.422,74
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros	18.1	68.693.353,79	69.576.430,62
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos		1.219.909,77	1.760.355,66
Outros ativos financeiros	18.1	1.853.151,13	38.122,87
Ativos por impostos diferidos		1.049.854,24	312.642,79
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	117.510,09	294.746,60
Outras contas a receber	18.1	33.732.998,82	32.380.425,11
		3.285.583.750,04	2.947.251.115,97
Ativo corrente			
Inventários	10	7.089.545,10	6.208.698,11
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	5.330.959,28	1.840.879,28
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	13.176.582,68	17.724.526,43
Estado e outros entes públicos		8.419.441,05	6.815.545,29
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18.1	218.407.671,62	223.633.905,04
Diferimentos		5.621.859,85	7.455.914,84
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	210.784.002,33	222.442.148,74
		468.830.061,91	486.121.617,73
Total Ativo		3.754.413.811,95	3.433.372.733,70
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		2.077.571.636,70	2.077.571.636,70
Ações (quotas) próprias		-4,00	-4,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		96.339.518,26	96.333.142,19
Resultados transitados		175.857.550,13	18.340.260,27
Ajustamentos em ativos financeiros		-11.254.649,08	-11.647.273,46
Excedentes de revalorização		68.729.547,71	67.384.597,79
Outras variações no Património Líquido	14	461.654.378,21	462.585.979,36
Resultado líquido do período		103.652.158,52	-86.222.087,26
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido		2.972.550.136,45	2.624.346.251,59
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	155.778.448,78	204.721.220,02
Financiamentos obtidos	7/18.2	258.420.255,21	244.358.904,83
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	24.2	18.803.084,38	11.356.493,56
Passivos por impostos diferidos		77.204.169,86	43.364.727,04
Outras contas a pagar	18.2/24.1	13.280.972,01	13.318.488,62
Fornecedores		27.889.361,72	41.599.934,81
		551.376.291,96	558.719.768,88
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	50.000,00	6.984,90
Fornecedores	18.2	15.888.409,84	21.458.273,94
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	1.442.466,38	1.451.128,58
Estado e outros entes públicos	25	7.448.628,40	9.515.576,31
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7/18.2	30.121.042,21	31.910.308,22
Fornecedores de investimentos	18.2	4.455.570,63	1.548.531,64
Outras contas a pagar	18.2/24.1	138.512.004,65	153.157.362,78
Diferimentos	24.2	32.569.261,43	31.258.546,86
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		230.487.383,54	250.306.713,23
Total Passivo		781.863.675,50	809.026.482,11
Total Património Líquido e Passivo		3.754.413.811,95	3.433.372.733,70

2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Resultados Consolidada - 31 de dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14.1	618.161.331,11	543.551.289,42
Vendas	13.1	7.037.418,85	6.293.509,39
Prestações de serviços e concessões	13.1	303.422.545,30	236.045.435,71
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.1	93.832.405,45	108.847.227,94
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		508.557,65	3.002.885,37
Variações nos inventários da produção		8.793,62	53.292,90
Trabalhos para a própria entidade		72.142.540,14	86.851.666,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-30.056.700,91	-23.285.445,40
Fornecimentos e serviços externos	26	-315.112.538,67	-299.553.673,13
Gastos com pessoal	19.1	-401.184.650,79	-384.396.702,03
Transferências e subsídios concedidos		-178.524.734,71	-224.960.905,33
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1.495.585,47	996.557,92
Provisões (aumentos/reduções)	15	48.817.450,29	-10.567.097,72
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-30.304,41	-21.622,69
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		43.160.553,15	31.882.846,68
Outros gastos		-51.290.834,68	-42.137.556,04
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		212.387.416,86	32.601.709,74
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-107.126.395,46	-113.189.789,02
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		105.261.021,40	-80.588.079,28
Juros e rendimentos similares obtidos	13.1	1.976.655,76	680.502,56
Juros e gastos similares suportados		-3.460.458,93	-3.090.037,43
Resultado antes de impostos		103.777.218,23	-82.997.614,15
Imposto sobre o rendimento		-125.059,71	-3.224.473,11
Resultado líquido do período		103.652.158,52	-86.222.087,26

3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Município de Lisboa

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 01-01-2022 a 31-12-2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de clientes		260.391.630,10	193.177.022,20
Recebimentos de contribuintes		599.381.375,74	516.596.057,37
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		94.317.910,95	98.385.248,74
Recebimentos de utentes		8.476.172,08	8.384.608,23
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos a fornecedores		-372.475.299,78	-317.192.315,61
Pagamentos ao pessoal		-391.965.008,16	-372.415.310,04
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-182.311.054,22	-226.651.977,62
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		15.815.726,71	-99.716.666,73
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		-7.155.742,23	93.648,50
Outros recebimentos/pagamentos		62.230.861,00	71.267.724,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		70.890.845,48	-28.355.293,68
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-155.712.025,26	-134.646.629,01
Pagamentos - Ativos intangíveis		-1.252.082,87	-939.515,77
Pagamentos - Propriedades de investimento			
Pagamentos - Investimentos financeiros		-57.471,60	-52.680,65
Pagamentos - Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		8.635.653,76	5.052.748,56
Recebimentos - Ativos intangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		8.981.881,34	8.435.923,86
Recebimentos - Investimentos financeiros		110.154,68	807.720,00
Recebimentos - Outros ativos		3.410.984,86	3.442.839,93
Recebimentos - Subsídios ao investimento		42.921.289,37	14.950.146,52
Recebimentos - Transferências de capital			
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		40.720,30	41.313,32
Recebimentos - Dividendos		1.241.962,94	1.432.379,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-91.678.932,48	-101.475.754,17
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		63.776.316,00	65.976.653,56
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Recebimentos - Cobertura de prejuízos			6.910.291,41
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		140.638,92	79.993,04
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-52.125.673,45	-46.424.015,43
Pagamentos - Juros e gastos similares		-2.661.340,88	-2.914.276,04
Pagamentos - Dividendos			
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		9.129.940,59	23.628.646,54
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-11.658.146,41	-106.202.401,31
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		222.442.148,74	328.644.550,05
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	210.784.002,33	222.442.148,74
Conciliação entre Caixa e seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		222.442.148,74	328.644.550,05
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		222.442.148,74	328.644.550,05
De execução orçamental		204.253.685,18	313.539.258,35
De operações de tesouraria		18.188.463,56	15.105.291,70
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	210.784.002,33	222.442.148,74
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		210.784.002,33	222.442.148,74
De execução orçamental		191.672.866,38	204.253.685,18
De operações de tesouraria		19.111.135,95	18.188.463,56

4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - 31 de dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
Posição no Início do Período (1)		2.077.571.636,70	-4,00	-	-	96.333.142,19	18.340.260,27	-11.647.273,46	67.384.597,79	462.585.979,36	-86.222.087,26	2.624.346.251,59	-	2.624.346.251,59
Alterações no Período														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico							252.653.634,49					252.653.634,49		252.653.634,49
Alterações de políticas contabilísticas														
Correção de erros materiais														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações										1.235.132,89	1.235.132,89		1.235.132,89	
Transferências e subsídios de capital										-2.166.734,04	-9.337.041,04		-9.337.041,04	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						2.917,53	-95.136.344,63	392.624,38	1.344.949,92	86.225.545,80	244.551.726,34		244.551.726,34	
Resultado Líquido do Período (2)		-	-	-	-	2.917,53	157.517.289,86	392.624,38	1.344.949,92	-931.601,15	86.225.545,80	244.551.726,34	-	244.551.726,34
Resultado Integral (3)											103.652.158,52	103.652.158,52	-	103.652.158,52
Operações com Detentores de Capital no Período (4)=(2)+(3)											189.877.704,32	348.203.884,86	-	348.203.884,86
Subscrições de capital / património														
Subscrições de prémios de emissão														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações						3.458,54	-	-	-	-	-3.458,54	-	-	-
Posição no Fim do Período (5)						3.458,54	-	-	-	-	-3.458,54	-	-	-
Posição no Fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		2.077.571.636,70	-4,00	-	-	96.339.518,26	175.857.550,13	-11.254.649,08	68.729.547,71	461.654.378,21	103.652.158,52	2.972.550.136,45	-	2.972.550.136,45

5 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC AP –DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

No processo de transição em 2020 para o SNC-AP, as variações tiveram impacto nas rubricas de Ativo não corrente, Ativo corrente, Passivo não corrente, Passivo corrente e Património Líquido.

A International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Complementarmente, o Manual de Implementação do SNC-AP, previsto no artigo 12.º. do diploma supracitado e homologado pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, estabelece, no seu capítulo 2, procedimentos para a implementação relativos ao (des)reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, convergentes com os previstos na IPSAS 33.

Nestas circunstâncias, o preconizado na IPSAS 33 poderá constituir o quadro referencial subsidiário, devendo, nessa eventualidade, ser divulgada, em cada período de relato, a falta de comparabilidade e respetivo enquadramento e justificação, com a indicação expressa de que a adoção do SNC-AP ainda não se encontra completa.

Neste âmbito, foram avaliadas um conjunto de transações e operações, que se revestem de complexidade integrável no quadro referencial preconizado na IPSAS 33.

Os ajustamentos efetuados em 2022, foram referentes, a inventariação de ativos fixos tangíveis, aplicação das vidas úteis de acordo com o CC2 e com estudo do Município, no que se refere aos edifícios construídos em betão armado, reclassificações de ativos fixos tangíveis em propriedades de investimento e um pequeno ajustamento relativo ao registo das locações financeiras.

1. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1.1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Quadro 1.1 Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	% Controlo		Consolidação		Obs.
				Direto	Indireto	Orçamental	Financeira	
Município de Lisboa	Praça do Município - Paços do Concelho 1100-365 Lisboa	Administração Local				x	x	a)
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1.ª de Maio, nº. 103 - 1300-472 Lisboa	Serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de Lisboa	78.674.000,00	100%			x	b)
EGEAC- Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A.	Av. Eng. Duarte Pacheco 26, 1070-111 Lisboa	Serviço público na área da cultura na cidade de Lisboa	448.918,11	100%			x	b)
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres, 198/200 - 1769-032 Lisboa	Serviço público na área da mobilidade urbana na cidade de Lisboa	32.000.000,00	100%			x	b)
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Costa Malheiro, Lt. 812 - 1800-412 Lisboa	Administração de imóveis por conta da cidade de Lisboa	1.300.000,00	100%		x	x	b)
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, n.º 31 - 1100-365 Lisboa	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.	2.000.000,00	100%		x	x	b)

a) Entidade - mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no nº 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais
b) Entidade controlada pelo Município de Lisboa

C) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os depósitos consignados são valores destinados especificamente aos pagamentos no âmbito do Programa LX-XXI/Empréstimo BEI.

Os depósitos de garantias e cauções referem-se a montantes retidos nos pagamentos a fornecedores.

D) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos era a seguinte:

1.1 - Desagregação de caixa e depósitos - Consolidado - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Conta	2022	2021
Caixa	1.260.840,13	1.594.378,61
Depósitos à ordem	175.945.688,13	201.163.453,06
Depósitos à ordem no Tesouro	37.156.030,90	86.631.020,25
Depósitos bancários à ordem	138.789.657,23	114.532.432,81
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	22.947.021,33	12.290.462,96
Depósitos de garantias e cauções:	10.630.452,74	7.393.854,11
Total de caixa e depósitos	210.784.002,33	222.442.148,74

O saldo de caixa e seus equivalentes apresentado no balanço consolidado, evidenciado no quadro acima, no valor de 210,8 milhões de euros, não se encontra coincidente com o saldo exibido na Demonstração de Desempenho Orçamental da página 62, devido a este refletir apenas, os valores consolidados relativos ao Município de Lisboa, Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASE DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Lisboa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia que afetou o ano 2020 com adaptação nos processos de trabalho do Município.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 26 de abril de 2023, data em que foram objeto de aprovação pelo Órgão Executivo. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil:

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é amortizado ao longo da sua vida útil. Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

b) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente: (infraestruturas + VPT)

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);

- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

Método de depreciação:

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no período corrente ou em períodos futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

- Um ativo fixo tangível é desreconhecido:
- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

c) Propriedades de Investimento

Aplicam-se as mesmas políticas contabilísticas dos AFT – Ativos Fixos Tangíveis.

d) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

e) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o Município de Lisboa se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou

- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subseqüentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor, que o respetivo ativo tinha antes de, ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

f) Transferências e subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- São cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo é ou será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o Município determina o “valor esperado” que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de

desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

h) Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o Município reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o Município determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

i) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

a. Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento— método da percentagem de acabamento.

b. Vendas de bens

O Município de Lisboa reconhece um rendimento proveniente de uma transação com contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

c. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos aquando da sua atribuição.

d. Juros

Os juros são reconhecidos em função do tempo.

j) Benefícios dos empregados

As entidades do perímetro de consolidação reconhecem um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas e pensões.

O Município tem valores a pagar em pensões e a trabalhadores em situação de acidentes de trabalho, sendo que o cálculo das responsabilidades para o futuro assenta num estudo atuarial contratado anualmente a uma empresa especializada.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas.

m) Entidades Controladas ou objeto de influência significativa

O Município de Lisboa aplica o MEP nas suas contas individuais relativamente às entidades que exerça controlo ou influência significativa. São consideradas todas as empresas municipais com participação de 100% e, entidades participadas onde a participação do Município é igual ou superior a 20%.

n) Especialização de exercícios

O Grupo municipal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

o) Permutas

São reconhecidas as contrapartidas em numerário que sejam devidas no ativo, e a entrega de bens por parte do Município, assim como de bens recebidos da contraparte são registados na mesma conta de acordo com a sua natureza devedora ou credora.

As permutas são registadas pelo valor total do bem de investimento a entregar e pelo valor total do bem de investimento a receber, sendo apenas considerada execução de despesa / receita orçamental quando há fluxos monetários. Isto é, apenas os montantes provenientes das diferenças de valor dos bens a permutar são orçamentados.

p) Dações em pagamento

A dação em pagamento é a entrega de um bem pelo devedor, para pagamento de uma dívida ou obrigação já existente.

Neste caso não se trata de permuta, assim os valores são todos orçamentados (quer o valor da dívida já existente, quer o valor da entrega/recebimento do bem).

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) *Quantia de escriturada no início e final do período*

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Município de Lisboa
3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022 (unidade: Euro)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
Ativos Intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	31.792.908,04	-28.453.538,87		3.339.369,17	32.326.130,31	-30.441.288,30		1.884.842,01
Propriedade industrial e intelectual	474,48	-474,48			474,48	-474,48		
Outros	1.323.267,44	-651.750,45		671.516,99	1.323.267,44	-671.738,45		651.528,99
Ativos intangíveis em curso	778.536,58			778.536,58	969.655,32			969.655,32
Total	33.895.186,54	-29.105.763,80		4.789.422,74	34.619.527,55	-31.113.501,23		3.506.026,32

d) *Gastos/reversões de depreciação e amortização*

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período*

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa
3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escritura e variações do período - 31 de Dezembro de 2022 (unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	
Ativos Intangíveis									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	3.339.369,17	445.003,66	88.218,06				-1.987.749,43		1.884.842,01
Propriedade industrial e intelectual									
Outros	671.516,99						-19.988,00		651.528,99
Ativos intangíveis em curso	778.536,58	334.991,84	-88.218,06					-55.655,04	969.655,32
Total	4.789.422,74	779.995,50	-				-2.007.737,43	-55.655,04	3.506.026,32

i) *Ativos intangíveis - Adições*

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Município de Lisboa

3.2 A - Ativos Intangíveis – Desagregação das Adições - Consolidado - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Adições									
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (5)	Dação em Pagamento (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, Cisão, Reestruturação (8)	Outras (9)	Total (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		423.940,66		21.063,00						445.003,66
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		334.991,84								334.991,84
Total		758.932,50		21.063,00						779.995,50

ii) Ativos intangíveis – Diminuições

No ano de 2022 verificou-se a seguinte diminuição nos ativos intangíveis.

Município de Lisboa

3.2 B - Ativos Intangíveis – Desagregação das Diminuições - Consolidado - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferência ou Troca (2)	Fusão, Cisão, Reestruturação (3)	Outras (4)	Total (5) = (1) + (2) + (3) + (4)
Ativos Intangíveis					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				-55.655,04	-55.655,04
Total				-55.655,04	-55.655,04

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

4.1 Acordo de concessão com EDP

a) Descrição do Acordo

A CML - Câmara Municipal de Lisboa, através de um contrato datado de 1997, concedeu à LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Lisboa.

A distribuição concedida, não abrange nem prejudica as instalações particulares devidamente autorizadas, que sejam ou venham a ser alimentadas por energia elétrica proveniente de produção própria.

Esta concessão implica a transferência para a LTE, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Em abril de 2009, foi assinada uma modificação ao contrato de concessão, passando a entidade EDP - EDP Distribuição e Energia, mantendo-se o objeto do contrato anteriormente referido.

Em novembro de 2012, foi assinado um protocolo entre as 2 entidades, de forma a definir responsabilidades entre os outorgantes, relativamente à Iluminação Pública.

b) Aspetos principais do Acordo

A data de início da concessão é o dia 1 de outubro de 1997.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei número 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro.

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no número 2º do artigo terceiro e no artigo 4º dos decretos-leis referidos anteriormente.

A transferência do património próprio da LTE para a Câmara nos termos da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º dos decretos-lei, a que se referem os números anteriores

É propriedade da LTE, o património abrangido pela concessão.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Lisboa, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Apesar de estar definido que a E-Redes disponibilize a cada concedente, a lista de obras de investimento realizadas no ano anterior; o valor total do investimento realizado na rede da concessão no ano anterior e o valor contabilístico dos ativos específicos da concessão, a informação obtida não permite que o Município de Lisboa detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela concessão e respetivas vidas úteis. Apenas dessa forma, o Município é capaz de efetuar o adequado reconhecimento dos ativos da concessão e respetivos subsídios, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

A informação rececionada não permite efetuar/integrar no nosso cadastro, os dados para efeitos de apresentação ao abrigo da NCP 5.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Município de Lisboa

5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantidade Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	77.503.217,96			77.503.217,96	78.109.504,55			78.109.504,55
Edifícios e outras construções	16.069.383,41	-3.306.869,16		12.762.514,25	16.130.180,99	-3.088.575,20		13.041.605,79
Infraestruturas	803.090.554,37	-445.136.733,15		357.953.821,22	843.008.971,93	-500.472.846,91		342.536.125,02
Património histórico, artístico e cultural	17.593.234,00	-1.031.039,15		16.562.194,85	18.298.998,02	-1.244.236,03		17.054.761,99
Outros					660.583,76	-66.058,38		594.525,38
Bens de domínio público em curso	121.754.217,75			121.754.217,75	148.158.941,44			148.158.941,44
	1.036.010.607,49	-449.474.641,46		586.535.966,03	1.104.367.180,69	-504.871.716,52		599.495.464,17
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	585.988.422,53			585.988.422,53	723.530.343,46			723.530.343,46
Edifícios e outras construções	1.609.033.467,65	-450.999.401,82		1.158.034.065,83	1.678.273.807,06	-402.897.595,36		1.275.376.211,70
Equipamento básico	344.156.288,60	-262.829.573,59		81.326.715,01	350.199.804,41	-271.021.009,74		79.178.794,67
Equipamento de transporte	66.704.428,35	-39.016.984,30		27.687.444,05	65.327.365,93	-41.516.181,90		23.811.184,03
Equipamento administrativo	68.717.945,99	-60.585.211,35		8.132.734,64	71.588.782,72	-63.755.733,51		7.833.049,21
Equipamentos biológicos	20.776,10	-5.294,91		15.481,19	41.870,10	-9.144,13		32.725,97
Outros	263.281.025,83	-251.623.053,93		11.657.971,90	265.397.647,67	-254.679.007,67		10.718.640,00
Ativos fixos tangíveis em curso	368.796.569,08			368.796.569,08	445.563.553,26			445.563.553,26
	3.306.698.924,13	-1.065.059.519,90		2.241.639.404,23	3.599.923.174,61	-1.033.878.672,31		2.566.044.502,30
Total	4.342.709.531,62	-1.514.534.161,36		2.828.175.370,26	4.704.290.355,30	-1.538.750.388,83		3.165.539.966,47

b) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa

5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e movimentos acumulados - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações no período							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	77.503.217,96	386.092,00	220.194,59						78.109.504,55
Edifícios e outras construções	12.762.514,25	5.597,02	55.200,56			-218.293,96			13.041.605,79
Infraestruturas	357.953.821,22	4.511.678,13	35.432.866,25			-55.336.113,76		-26.126,82	342.536.125,02
Património histórico, artístico e cultural	16.562.194,85	705.764,02				-213.196,88			17.054.761,99
Outros			660.583,76			-66.058,38			594.525,38
Bens de domínio público em curso	121.754.217,75	60.527.383,83	-30.868.922,01					-3.253.738,13	148.158.941,44
	586.535.966,03	66.136.515,00	5.499.923,15			-55.833.662,98		-3.279.864,95	599.495.464,17
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	585.988.422,53	138.068.279,44	-101.006,57	177.700,00				-603.051,94	723.530.343,46
Edifícios e outras construções	1.158.034.065,83	48.051.194,14	29.120.594,90	1.536.827,03		48.098.834,13		-9.467.172,15	1.275.376.211,70
Equipamento básico	81.326.715,01	14.658.413,88	1.528.656,49			-8.225.801,36		-10.107.328,68	79.178.794,67
Equipamento de transporte	27.687.444,05	2.094.791,07	46.171,09			-2.499.197,60		-3.518.024,58	23.811.184,03
Equipamento administrativo	8.132.734,64	2.585.288,72	449.485,19			-3.170.521,96		-163.936,99	7.833.049,21
Equipamentos biológicos	15.481,19	21.094,00				-3.849,22			32.725,97
Outros	11.657.971,90	1.739.710,45	377.162,65			-3.021.589,25		-34.609,40	10.718.640,00
Ativos fixos tangíveis em curso	380.560.945,89	119.335.946,24	-36.978.953,43	1.714.527,03				-2.552.011,83	445.563.553,26
	2.253.403.781,04	326.554.717,94	-5.557.889,68	1.714.527,03		31.177.874,74		-26.446.135,57	2.566.044.502,30
Total	2.839.939.747,07	392.691.232,94	-57.966,53	1.714.527,03		-24.655.788,24		-29.726.000,52	3.165.539.966,47

Na quantia escriturada, importa salientar que ocorreram adições no valor de 392,7 milhões de euros, onde se destaca, a rubrica de terrenos e recursos naturais, no valor de 138,1 milhões de euros.

i) Ativos fixos tangíveis – Adições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Município de Lisboa

5.2 A - Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Adições - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total (11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Expropriação (5)	Doação, Herança, Legado ou Perda a Favor do Estado (6)	Dação em Pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, Cisão, Reestruturação (9)	Outras (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		30.341,00		223.000,00		1.858,50				130.892,50	386.092,00
Edifícios e outras construções		5.597,02									5.597,02
Infraestruturas		4.511.678,13									4.511.678,13
Património histórico, artístico e cultural		302.530,96				2.500,00	8.055,56			392.677,50	705.764,02
Outros											
Bens de domínio público em curso		60.527.383,83									60.527.383,83
		65.377.530,94		223.000,00		4.358,50	8.055,56			523.570,00	66.136.515,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		848.893,19		50.625,83	737.088,54	1.395,00				136.430.276,88	138.068.279,44
Edifícios e outras construções		4.654.674,88		150.482,46	551.666,78					42.694.370,02	48.051.194,14
Equipamento básico		14.419.151,81					239.262,07				14.658.413,88
Equipamento de transporte		2.094.791,07									2.094.791,07
Equipamento administrativo		2.585.288,72									2.585.288,72
Equipamentos biológicos		21.094,00									21.094,00
Outros		1.706.295,50				33.415,29					1.739.710,79
Ativos fixos tangíveis em curso		119.335.946,24									119.335.946,24
		145.666.135,41		201.108,29	1.288.755,32	34.810,29	239.262,07			179.124.646,90	326.554.718,28
Total		211.043.666,35		424.108,29	1.288.755,32	39.168,79	247.317,63			179.648.216,90	392.691.233,28

Nas adições dos AFT destacam-se o registo de faturas relativas a empreitadas na rubrica de investimentos em curso. Salienta-se ainda que o valor de 136,4 milhões de euros referente à rubrica terrenos e recursos naturais e o valor de 14,4 milhões de euros na rubrica básico está incluído o valor de 11,7 milhões euros referentes à aquisição de novos autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos ao serviço público.

ii. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes diminuições

Município de Lisboa

5.2 B - Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Diminuições - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-26.126,82	-26.126,82
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-3.253.738,13	-3.253.738,13
					-3.279.864,95	-3.279.864,95
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-600.287,77	-1.754,81			-1.009,36	-603.051,94
Edifícios e outras construções	-2.763.077,73	-86.595,14			-6.617.499,28	-9.467.172,15
Equipamento básico					-10.107.328,68	-10.107.328,68
Equipamento de transporte			-2.215.283,74		-1.302.740,84	-3.518.024,58
Equipamento administrativo					-163.936,99	-163.936,99
Equipamentos biológicos						
Outros					-34.609,40	-34.609,40
Ativos fixos tangíveis em curso					-2.552.011,83	-2.552.011,83
	-3.363.365,50	-88.349,95	-2.215.283,74		-20.779.136,38	-26.446.135,57
Total	-3.363.365,50	-88.349,95	-2.215.283,74		-24.059.001,33	-29.726.000,52

6. LOCAÇÕES

6.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, apresentam-se os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

Município de Lisboa

Quadro 6.1 - Locações financeiras - Consolidadas - Locatários - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
434 - Transportes	3.398.869,28	721.114,11	17.634,15	1.473.434,16		813.308,32	2.288.119,19	2.235,96	3.103.663,47		
Total	3.398.869,28	721.114,11	17.634,15	1.473.434,16		813.308,32	2.288.119,19	2.235,96	3.103.663,47		

6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, os bens em regime de locação operacional, como locatária, são os seguintes:

Município de Lisboa

Quadro 6.2 - Locações operacionais - Consolidadas - Locatário 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	1.102.088,87	23.006,55		279.005,77		23.306,55	92.026,20	684.743,80	800.076,55	
Edifícios	41.454.953,83	4.725.792,95		25.699.565,58		3.982.981,84	6.757.565,10	336.201,76	11.076.748,70	-1.940.160,26
Viaturas ligeiras	1.189.340,53	207.075,08		803.858,88		187.473,01	217.175,65		404.648,66	-235.888,00
Serviço de Impressão	137.135,16	34.379,73		34.379,73		37.505,16	65.250,27		102.755,43	-78.135,75
Total	43.883.518,39	4.990.254,31		26.816.809,96		4.231.266,56	7.132.017,22	1.020.945,56	12.384.229,34	-2.254.184,01

6.4. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

Em 31 de dezembro de 2022, os bens em regime de locação operacional, como locador, são os seguintes:

Quadro 6.4 - Locações operacionais - Consolidadas - Locador 31 Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	86.167.165,38	5.013.761,77		28.716.086,00		10.831.298,14	13.210.605,29	28.395.414,18	52.437.317,61	
Edifícios	102.820.518,97	3.021.303,90		29.134.640,03		14.351.882,52	13.273.705,64	43.038.986,88	70.664.575,04	
Total	188.987.684,35	8.035.065,67		57.850.726,03		25.183.180,66	26.484.310,93	71.434.401,06	123.101.892,65	

7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS

7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (por entidade credora e maturidade) - Consolidado

(unidade: Euro)

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato ⁽¹⁾	Capital		Taxa de juro ⁽²⁾		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Empréstimos de médio e longo prazo que atingiram a maturidade em 2022																
CGD	1995 e 2001	1995 e 2001	26	37.462.452	36.873.351	4,38%	0,00%	35.770.872	3.686.155	39.457.027	1.102.479	-	1.102.479	-	1.102.479	-
Totta	2014	-	10	48.600.000	48.600.000	3,92%	0,65%	32.867.903	5.049.794	37.917.696	15.732.097	102.259	15.834.356	-	15.732.097	-
BCPI	1997	1997	28	48.590.542	48.344.013	1,40%	0,02%	46.917.027	4.266.528	51.183.555	1.426.985	312	1.427.297	-	1.426.985	-
BPI ⁽³⁾	2002	2002	20	80.000.000	80.000.000	3,35%	0,00%	77.648.946	16.568.524	94.217.469	2.351.054	-	2.351.054	-	2.351.054	-
Total dos empréstimos amortizados em 2022				214.652.994	213.817.364			193.204.748	29.571.001	222.775.749	20.612.616	102.571	20.715.187	-	20.612.616	-
Empréstimos de médio e longo prazo que atingem a maturidade em 2023																
CGD	1995 e 2003	1995 e 2003	25	23.444.557	20.701.059	4,23%	0,00%	19.169.981	2.107.957	21.277.938	895.407	-	895.407	126	1.531.078	635.671
Total dos empréstimos com maturidade em 2023				23.444.557	20.701.059			19.169.981	2.107.957	21.277.938	895.407	-	895.407	126	1.531.078	635.671
Empréstimos de médio e longo prazo com maturidades superiores a 1 ano																
IHRU	2010	2010	30	57.530.761	57.530.761	1,26%	0,71%	3.209.394	3.085.007	6.294.401	256.875	386.022	642.897	95.652	54.321.367	54.064.492
CGD	entre 1995 e 2021	entre 1995 e 2021	25	119.226.247	114.181.547	3,69%	0,10%	84.477.195	11.391.110	95.868.304	7.409.000	17.196	7.426.196	12.687	17.078.037	22.295.352
BPI	entre 1998 e 2021	entre 1998 e 2021	22	101.792.375	92.087.884	1,49%	0,57%	28.530.525	6.097.472	34.627.997	5.114.625	359.475	5.474.101	288.548	63.557.359	58.442.734
BEI	entre 2017 e 2022	entre 2017 e 2022	20	233.250.000	120.450.000	0,64%	0,33%	7.972.222	429.703	8.401.925	4.934.617	249.165	5.183.782	352.299	74.777.778	107.543.161
CEB	2021	2021	10	30.000.000	18.000.000	0,07%	0,00%	-	-	-	-	-	-	61.680	12.500.000	18.000.000
IHRU (SRU)	08/09/2009	-	36	16.100.000	16.100.000	0,67%	0,81%	125.000	1.101.216	1.226.216	250.000	140.639	390.639	-	15.975.000	15.725.000
BPI (EMEL)	11/05/2010	-	15	4.000.000	4.000.000	325,60%	349,00%	2.553.537	769.725	3.323.262	352.247	23.695	375.942	-	1.446.463	1.029.217
Turismo Portugal (Jessica-NB) (EMEL)	28/11/2012	-	10	2.500.000	1.250.000	129,70%	423,20%	220.588	48.960	269.548	-	-	-	-	1.029.412	1.029.412
BPI/MG (GEBALIS)	30/01/2015	-	15	13.700.000	13.700.000	4,04%	2,72%	6.393.333	2.404.333	8.797.667	913.333	168.696	1.082.029	-	7.306.667	6.393.333
Total dos empréstimos com maturidades posteriores a 2021				578.099.383	437.300.192			133.481.794	25.327.526	158.809.320	19.230.698	1.344.888	20.575.585	810.866	247.992.082	284.587.701
Empréstimos a curto prazo																
Novo Banco (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	600.000		1,50%									600.000
MillenniumBCP (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	400.000		1,50%									400.000
BPI (CARRIS)	44064	Renovação		672.000	672.000	1,28%	1,28%					672.000		672.000		
BPI (CARRIS)	Descoberto bancário				7.749							7.749		7.749		
Total				6.672.000	1.679.749			-	-	-	679.749	-	679.749	-	-	1.000.000
Total				822.868.933	673.498.364			345.856.523	57.006.483	402.863.006	41.418.469	1.447.458	42.865.928	810.992	270.135.776	286.223.372

Notas:

(1) Prazo médio considerando o conjunto de empréstimos contraídos junto da respetiva entidade credora

(2) Taxa de juro média considerando o conjunto de empréstimos contraídos junto da respetiva entidade credora

(3) Empréstimo sindicado, denominado "Financiamento do PPI 2002-2005", em que o BPI assume o papel de Banco Agente, inicialmente contraído junto do DPA e da CAG, e cuja parte do DEFFA foi entretanto adquirida pelo BPI.

(a) Saldo referente a utilização de conta caucionada. Prazo com renovação automática anual.

O custo dos empréstimos, não são capitalizados nos investimentos.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os valores pagos ao Município se encontram equiparados aos valores de mercado.

Município de Lisboa

8.2 - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e movimentos acumulados (modelo do custo) - Consolidado - 31 de Dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)								Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Rendas			Outros	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	
Propriedades de Investimento													
Bens de domínio público													
Terrenos e recursos naturais	519.250,42		658.074,20						1.177.324,62				
Edifícios e outras construções	9.404.348,90		-621.170,26	26.122,31				91.666,44	8.693.654,79		277.497,47	82.572,18	
Outras propriedades de investimento													
Propriedades de Investimento em curso													
Total	9.923.599,32		36.903,94	26.122,31					9.870.979,41		277.497,47	82.572,18	

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se, no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os rendimentos do Município têm natureza económica.

10. INVENTÁRIOS

Quadro 10.1 - Inventários - Consolidado (unidade: Euro)

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulado	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	363.490,39		363.490,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.683.906,95	34.277,20	6.649.629,75
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso	76.424,96		76.424,96
TOTAL	7.123.822,30	34.277,20	7.089.545,10

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período - Consolidado (unidade: Euro)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(4)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	265.835,92	369.029,49	251.739,17			20.297,85	662,00	363.490,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.875.230,85	30.682.665,06	29.907.958,32			402.778,00	402.470,16	6.649.629,75
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso	67.631,34			-8.793,62				76.424,96
TOTAL	6.208.698,11	31.051.694,55	30.159.697,49	-8.793,62		423.075,85	403.132,16	7.089.545,10

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDA DE BENS – O rendimento é reconhecido aquando da transmissão e passagem de direitos e responsabilidades.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do juro efetivo.

DIVIDENDOS – O rendimento é reconhecido quando colocado à disposição.

b) Quantia da cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição:

13.1 - Rendimento de transações com contraprestação consolidado

Unidade: euro

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido 2021	Rendimento do período reconhecido 2021
Prestação de serviços	303.422.545,30	204.572.986,04
Venda de bens	7.037.418,85	37.765.959,06
Juros	1.337,31	974,24
Royalties - sub conta da		
Dividendos ou distribuições similares	1.972.333,48	676.864,77
Outros	2.984,97	2.663,55
Total	312.436.619,91	243.019.447,66

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, têm a seguinte decomposição:

14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação consolidado

Unidade: euro

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	240.939.773,18		2.855.988,02	0,00	
Impostos indiretos	278.485.482,56				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	90.317.579,50		6.394.879,08	4.492.787,15	
Multas e outras penalidades - 21412	8.418.495,87		186.604,05	243.465,42	
Transferências sem condição	74.537.737,88				
Transferências com condição	19.294.667,57	-1.243.072,78	1.840.879,28	5.330.959,28	6.254.617,85
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		194.011,19	-	-	
Outros			8.581.801,88	8.557.840,20	
Total	711.993.736,56	-1.049.061,59	19.860.152,31	18.625.052,05	6.254.617,85

No quadro acima, os resultados totalizam \approx 712,0 milhões de euros em que o Município apresenta \approx 701,1 milhões de euros, cerca de 98% do valor consolidado.

A maior contribuição para este facto, corresponde aos impostos diretos e indiretos do Município com \approx 240,9 milhões de euros e \approx 278,5 milhões de euros respetivamente.

Nas quantias por receber que totalizam \approx 18,6 milhões de euros no final do período, verifica-se a mesma situação em que o Município apresenta \approx 15,1 milhões de euros, representando \approx 81% do valor consolidado. Os valores no Município, em quantias por receber (\approx 1,8 milhões de euros) dizem respeito essencialmente a liquidações efetuadas nos anos anteriores, para exploração e investimentos. Os 5,3 milhões de euros em quantias por receber, no final do período, referem-se a subsídios atribuídos ao Município e ainda não recebidos.

15. PROVISÕES

15.1 - Provisões - Consolidado

(unidade: Euro)

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total de diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) + (5)	(7)	(8)	(9)	
Impostos, contribuições e taxas	150.209,09									150.209,09
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	162.394.202,12	1.605.963,62	678.236,11		2.284.199,73		232.699,82	48.277.216,10	48.509.915,92	116.168.485,93
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.306.676,22	386.005,00			386.005,00		22.760,38		22.760,38	3.669.920,84
Matérias ambientais	2.000,00									2.000,00
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	38.868.132,59	6.923.516,80	3.276.495,34		10.200.012,14		139.022,58	13.141.289,23	13.280.311,81	35.787.832,92
Total	204.721.220,02	8.915.485,42	3.954.731,45		12.870.216,87		394.482,78	61.418.505,33	61.812.988,11	155.778.448,78

As provisões sofrem um decréscimo, face ao período transato de aproximadamente 48,9 milhões de euros, sendo de salientar as diminuições ocorridas nas contas do Município.

As provisões apresentaram, em termos gerais, um decréscimo significativo, sendo que as provisões para processos judiciais conheceram um decréscimo em termos líquidos, face ao ano transato. Esta variação teve origem no facto de o Departamento Jurídico do Município, ter reavaliado a posição dos diversos processos, tendo em conta as informações e o estado atual de cada um deles.

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade.

A rubrica de depósito à ordem está mensurada pelo justo valor.

a) Ativos Financeiros

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Não corrente		
Participações Financeiras	68.693.353,79	69.576.430,62
Clientes, contribuintes e utentes	117.510,09	294.746,60
Outros ativos financeiros	1.853.151,13	38.122,87
Outras contas a receber	33.732.998,82	32.380.425,11
Sub-Total não corrente	104.397.013,83	102.289.725,20
Corrente		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	5.330.959,28	1.840.879,28
Clientes, contribuintes e utentes	13.176.582,68	17.724.526,43
Outras contas a receber	39.548.843,12	46.469.564,09
Devedores por acréscimos de rendimentos	178.858.828,50	177.164.340,95
Sub-Total corrente	236.915.213,58	243.199.310,75
Total	341.312.227,41	345.489.035,95

18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Em 2022 e 2021, os passivos Financeiros Consolidados, refletem os seguintes valores:

Quadro 18.2 - Passivos financeiros consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Não corrente		
Empréstimos	256.861.777,78	242.068.549,68
Loações financeiras	1.558.477,43	2.290.355,15
Outros Credores	27.889.361,72	41.599.934,81
Sub-Total não corrente	286.309.616,93	285.958.839,64
Corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	50.000,00	6.984,90
Fornecedores	15.888.409,84	21.458.273,94
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.442.466,38	1.451.128,58
Empréstimos	29.361.593,86	31.096.999,90
Loações financeiras	759.448,35	813.308,32
Fornecedores de investimentos	4.455.570,63	1.548.531,64
Outros Credores	53.164.303,08	59.834.686,33
Credores por acréscimos de gastos	85.347.701,57	93.322.676,45
Sub-Total corrente	190.469.493,71	209.532.590,06
Total	476.779.110,64	495.491.429,70

18.4. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS QUE NÃO SEJAM PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL EM ENTIDADES CONTROLADAS, ASSOCIADAS OU ACORDOS CONJUNTOS

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

(Unidade: euro)

Rubricas	% Controlo	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
				Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital - ao custo												
Agência Promoção Baixa Chiado		39.903,83	39.903,83								39.903,83	-
AIEL - Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa	16,54%	450.000,00	450.000,00									450.000,00
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	18,38%	20.866.618,00	20.866.618,00									20.866.618,00
FAM - Fundo Apoio Municipal	3,03%	12.672.351,00	12.672.351,00									12.672.351,00
Lispolis - Associação para o Polo Tecnológico de Lisboa	7,50%	87.500,00	87.500,00									87.500,00
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	9,90%	2.970.272,55	2.970.272,55									2.970.272,55
Sonagi - 1.932 ações		9.636,78	9.636,78									9.636,78
Publicarris	45,00%	-	-									-
OTLIS	14,29%	65.999,73	342.236,37									65.999,73
Total		37.162.281,89	37.438.518,53									37.122.378,06

A OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE, foi objeto de dissolução em 2021, tendo o seu património sido transferido para a TML.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como segue:

19. Gastos com Pessoal - Consolidado

(unidade: Euro)

Gastos com Pessoal	31.12.2022	31.12.2021
Rem Órg Sob. Autárquica / Órg. Sociais	1.952.736,83	1.710.661,19
Remuneração Pessoal	305.906.832,83	298.741.934,01
Encargos sobre remunerações	82.629.768,89	71.364.914,86
Seguros e Gastos referentes a Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.994.314,02	3.774.962,04
Despesas de saúde e Prestações Sociais	3.831.093,79	4.567.242,48
Outros	2.869.904,43	4.236.987,45
Total	401.184.650,79	384.396.702,03

Em todas as entidades consolidadas verifica-se um acréscimo dos Gastos com Pessoal, num total de 19,8 milhões de euros. De salientar, os aumentos nas remunerações no Município, pela entrada de novos elementos para os quadros do ML, assim como diversas requalificações verificadas.

20. Partes Relacionadas

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas e associadas

Designação	Sede	Controladas	Associadas	% Controlo	Investimento Financeiro a 01-01-2022	Método da Equivalência Patrimonial (MEP)	Investimento Financeiro a 31-12-2022
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1º. Maio, nº. 103, 1300-472 Lisboa	x		100,00%	156.894.447,92	-5.441.090,52	151.453.357,40
EGEAC- Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A	Avenida Eng. Duarte Pacheco, 26, 1070-111 Lisboa	x		100,00%	3.911.332,82	-289.669,27	3.621.663,55
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres 198/200, 1750-150 Lisboa	x		100,00%	40.601.140,94	1.001.929,07	41.603.070,01
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Costa Malheiro, Lote B-12, Bairro Dr. Alfredo Bensaúde 1800 - 412 Lisboa	x		100,00%	4.023.401,68	117.005,25	4.140.406,93
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, 31 - 2º., 1100-365 Lisboa	x		100,00%	0,00	1.641.506,26	1.641.506
Associação Parque Junqueira	Praça das Indústrias, 1300-307 Lisboa		x	26,10%	18.622.204,62	1.071.314,44	19.693.519,06
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.	Plataforma Ribeirinha da CP - Estação Mercadorias da Bobadela - 2696-801 São João da Talha		x	20,00%	12.136.509,80	-193.053,40	11.943.456,40
Carrisbus - manutenção, reparação e transportes, SA *		x		99,99%	-	-	-
Carristur - inovação em transportes urbanos e regionais, sociedade unipessoal, Lda *		x		100,00%	3.333.666,73	1.884.273,16	5.217.939,89
Total					239.522.704,51	-207.785,01	239.314.919,50

* Empresas controladas pela companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.

Os investimentos acima apresentados incluem participações em 2 entidades, Valorsul- Valorização e tratamento de resíduos sólidos das regiões de Lisboa e do Oeste, SA e Associação Parque Junqueira, que pela percentagem de participação foram apenas alvo de aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial.

As contas consolidadas do Município de Lisboa, são auditadas, pela entidade BDO & Associados, SROC, Lda., com a emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas.

O órgão responsável pela aprovação das contas consolidadas é a Câmara.

Relativamente aos saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, exigido no nº 7 do art.º 75º encontram-se espelhados na nota 20, quadro 20.2 do anexo às Demonstrações Financeiras individuais do Município de Lisboa.

OUTRAS DIVULGAÇÕES

24. Outros Credores e diferimentos passivos

24.1 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de outros credores, desgregam-se como se apresenta:

Não Corrente:

Quadro 24.1 - Outras contas a pagar Não corrente - consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Cauções Recebidas	7.892.060,04	5.192.881,05
Empresas Locais	0,00	2.250.000,00
Acordo de Pagamento - CML	16.639.318,72	30.996.774,17
Fornecedores retenção para garantia	2.932.457,55	2.656.040,42
Subsídio ao investimento	425.525,41	504.239,17
Total	27.889.361,72	41.599.934,81

Corrente:

Quadro 24.1 - Outras contas a pagar corrente - consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Credores por acréscimos de gastos	15.613.229,34	23.372.539,26
Remunerações a liquidar	51.622.694,21	50.434.543,33
Permutas	29.967.140,54	29.967.140,54
Cauções	6.438.284,59	8.508.183,91
Outros credores por transferências e subsídios	6.254.617,85	1.660.162,48
Operações de tesouraria	1.819.961,76	2.049.600,86
Outros	17.397.800,36	17.557.736,88
Acordo de Pagamento - CML	9.398.276,00	19.607.455,52
Total	138.512.004,65	153.157.362,78

24.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os diferimentos consolidados desagregam-se como se apresenta:

Quadro 24.2 - Diferimentos consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
Não corrente	31.12.2022	31.12.2021
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	64.467.693,19	30.233.072,10
Acordos de concessão de serviços	8.191.594,67	8.287.380,19
Outros	4.544.882,00	4.844.274,75
Sub-Total não corrente	77.204.169,86	43.364.727,04
Corrente		
Transf. e subsíd. correntes obtidos com condições	6.107.779,78	3.328.153,00
Transf. e subsíd. de capital obtidos com condições	13.638.624,04	15.625.813,15
Acordos de concessão de serviços	95.785,52	95.785,52
Rendimentos a reconhecer	4.676.709,26	4.441.108,04
Outros	8.050.362,83	7.767.687,15
Sub-Total Corrente	32.569.261,43	31.258.546,86
Total	109.773.431,29	74.623.273,90

Na componente de diferimentos não corrente, o valor apresentado corresponde na íntegra ao Município de Lisboa, em que o montante mais significativo é relativo às transferências e subsídios de capital obtidos, com condições, que totalizam 64,5 milhões de euros, com destaque para 27,2 milhões de euros, referentes a rendimentos a reconhecer, referentes ao IHRU, para financiar as obras a realizar pelo ML/SRU no âmbito do PRR, nomeadamente, a construção de novos fogos e a reabilitação/requalificação de edifícios/frações.

No que se refere ao valor corrente, o Município representa também aqui a maior percentagem com $\approx 81\%$, no valor total de 26,4 milhões de euros.

25. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos consolidada, decompõe-se da seguinte forma:

Quadro 25 - Estado e Outros Entes Públicos consolidado (unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Segurança Social	3.480.666,96	3.316.418,70
IRS	2.228.763,37	1.176.663,53
IVA	1.022.329,29	1.357.858,94
CGA	64.586,62	4.085,86
IRC a liquidar	606.880,16	3.548.316,18
Outros	45.402,00	112.233,10
Total	7.448.628,40	9.515.576,31

No Estado e outros entes públicos com o montante de $\approx 7,4$ milhões de euros.

O impacto mais significativo para o decréscimo de $\approx 2,1$ milhões de euros é referente a conta IRC a liquidar na Carris.

Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, decompõe-se como segue:

26. Fornecimentos e Serviços Externos - Consolidado

(unidade: Euro)

Fornecimento e Serviços Externos	31.12.2022	31.12.2021
Saneamento Básico	29.122.342,08	28.836.371,55
Trabalhos especializados	28.305.873,14	27.980.947,26
Subcontratos	69.403.754,30	73.352.342,50
Conservação e reparação	41.586.116,81	37.111.670,25
Manutenção e reparação autocarros	2.661.321,36	5.165.904,52
Manutenção e reparação eléctricos	2.737.121,98	332.276,78
Eletricidade	19.549.071,29	14.340.340,47
Comissões	15.194.375,23	12.408.108,83
Serviços Saúde	7.377.604,00	9.524.488,56
Honorários	6.886.338,37	8.798.813,50
Rendas e alugueres	10.063.235,94	11.480.687,68
Serviços de alojamento e de restauração	7.832.748,64	4.686.003,55
Outros serviços	12.349.745,20	7.481.589,97
Vigilância e segurança	12.146.787,02	12.503.284,48
Serviços de recolha e trat. de res. sól. e urbanos	9.255.763,29	8.602.786,01
Limpeza, higiene e conforto	12.465.523,67	12.151.642,77
Água	5.895.798,29	5.783.117,68
Medicamentos e artigos para a saúde	125.791,54	746.707,58
Publicidade, comunicação e imagem	2.821.753,32	2.220.209,00
Comunicação	5.058.977,43	4.631.731,30
Serviços de transporte	1.288.406,46	1.128.773,35
Material de educação, cultura e recreio	1.282.457,74	165.267,09
Combustíveis e lubrificantes	4.381.184,97	2.982.385,17
Seguros	3.571.339,45	3.640.298,58
Outros	3.749.107,15	3.497.924,70
Total	315.112.538,67	299.553.673,13



**DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS**

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras têm perímetros diferentes. Os documentos orçamentais foram elaborados com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo, uma vez que o perímetro de consolidação da NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental é mais restrito do que o da NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois está limitado às entidades reclassificadas pelo INE.

Deste modo, a consolidação orçamental engloba o Município de Lisboa, a Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa e a Lisboa Ocidental, SRU.

Informa-se ainda que de acordo com a FAQ 50, as liquidações e obrigações apresentadas, referem-se a: liquidações transitadas e a receber em períodos seguintes e obrigações transitadas e a pagar em períodos seguintes, respetivamente.

Relativamente às liquidações e obrigações a receber/pagar em períodos seguintes, apenas são apresentadas as registadas no Município de Lisboa, já deduzidas das relativas às entidades do perímetro de consolidação orçamental.

As empresas atrás referidas, não apresentam qualquer valor relativo a liquidações e obrigações, a receber/pagar em períodos seguintes.

2 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Desagregação dos recebimentos e pagamentos consolidados do Universo Municipal de Lisboa, discriminados por rubrica orçamental:

Município de Lisboa

Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado - Recebimentos
31 de dezembro de 2022

Rubrica Recebimentos	Recebimentos	
	Consolidado 2022	Consolidado 2021
	(unidade: Euro)	
Saldo de gerência anterior	165.926.109,28	292.465.664,14
Operações orçamentais [1]	147.737.645,72	277.360.372,44
Devolução do saldo oper. Orçamentais	147.737.645,72	277.360.372,44
Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras	147.737.645,72	277.360.372,44
Operações de tesouraria [A]	18.188.463,56	15.105.291,70
Receita corrente	855.726.092,14	772.855.459,15
R1 Receita fiscal	521.858.193,91	484.539.015,54
R1.1 Impostos diretos	521.858.193,91	484.539.015,54
R1.2 Impostos indiretos		
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3 Taxas, multas e outras penalidades	86.063.546,02	53.938.158,43
R4 Rendimentos de propriedade	15.366.612,41	18.652.450,97
R5 Transferências e subsídios correntes	87.335.008,31	84.606.690,14
R5.1 Transferências correntes	87.335.008,31	84.606.690,14
R5.1.1 Administrações Públicas	85.434.803,98	83.507.472,99
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	83.338.796,20	79.673.543,04
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	2.096.007,78	3.833.420,99
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	508,96
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	
R5.1.2 Exterior - U E	1.900.204,33	1.099.217,15
R5.1.3 Outras	0,00	
R5.2 Subsídios correntes	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	133.247.264,47	112.909.906,79
R7 Outras receitas correntes	11.855.467,02	18.209.237,28
Receita de capital	53.318.922,48	22.845.646,84
R8 Venda de bens de investimento	8.201.908,04	5.031.598,56
R9 Transferências e subsídios de capital	41.706.024,72	14.371.208,35
R9.1 Transferências de capital	41.694.565,34	14.371.208,35
R9.1.1 Administrações Públicas	41.694.565,34	14.371.208,35
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	29.355.704,85	5.286.141,23
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	12.338.860,49	9.085.067,12
R9.1.1.3 Segurança Social		
R9.1.1.4 Administração Regional		
R9.1.1.5 Administração Local		
R9.1.2 Exterior - U E		
R9.1.3 Outras		
R9.2 Subsídios de capital		
R10 Outras receitas de capital	3.410.989,72	3.442.839,93
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	1.765.477,32	895.458,08
Receita efetiva [2]	910.810.491,94	796.596.564,07
Receita não efetiva [3]	55.826.316,00	50.625.000,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	125.000,00
R13 Receita com passivos financeiros	55.826.316,00	50.500.000,00
Soma [4]-[1]+[2]+[3]	1.114.374.453,66	1.124.581.936,51
Operações de tesouraria [8]	15.558.719,69	14.822.444,28

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

Município de Lisboa

Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado - Pagamentos
31 de dezembro de 2022

Rubrica Pagamentos	Pagamentos	
	Consolidado 2022	Consolidado 2021
	(unidade: Euro)	
Despesa corrente	797.443.629,77	787.300.800,35
D1 Despesas com o pessoal	289.330.863,80	276.480.501,92
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	193.372.944,01	187.134.816,96
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	33.122.395,05	30.447.362,26
D1.3 Segurança social	62.835.524,74	58.898.322,70
D2 Aquisição de bens e serviços	261.353.454,05	228.953.598,53
D3 Juros e outros encargos	2.427.599,80	2.606.313,38
D4 Transferências e subsídios correntes	230.853.083,26	270.107.442,13
D4.1 Transferências correntes	136.659.861,34	175.845.455,73
D4.1.1 Administrações Públicas	87.871.506,61	85.528.045,18
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	5.877.029,97	5.878.344,31
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		
D4.1.1.3 Segurança Social		
D4.1.1.4 Administração Regional		
D4.1.1.5 Administração Local		
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	81.994.476,64	79.649.700,87
D4.1.3 Famílias	45.497.587,43	45.877.742,34
D4.1.4 Outras	868.907,33	4.733.192,25
D4.2 Subsídios correntes	2.421.859,97	39.706.475,96
D4.2.1 Outras despesas correntes	94.193.221,92	94.261.986,40
D5 Outras despesas correntes	13.478.628,86	9.152.944,39
Despesa de capital	162.141.912,74	157.490.456,29
D6 Aquisição de bens de capital	136.192.251,98	111.163.724,60
D7 Transferência e subsídios de capital	25.949.660,76	43.046.731,69
D7.1 Transferências de capital	25.949.660,76	43.046.731,69
D7.1.1 Administrações Públicas	17.352.252,41	26.843.027,46
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português		
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	44.700,00	
D7.1.1.3 Segurança Social		
D7.1.1.4 Administração Regional		
D7.1.1.5 Administração Local		
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	17.307.552,41	26.843.027,46
D7.1.3 Famílias	7.352.784,41	15.327.095,11
D7.1.4 Outras	800,00	733.609,12
D7.2 Subsídios de capital	1.243.823,94	143.000,00
D8 Outras despesas de capital		3.280.000,00
Despesa efetiva [5]	959.585.542,51	944.791.256,64
Despesa não efetiva [6]	42.043.677,99	32.053.034,15
D09 Despesa com ativos financeiros	0,00	31.014.700,83
D10 Despesa com passivos financeiros	42.043.677,99	1.038.333,32
Soma [7]-[5]+[6]	1.001.629.220,50	976.844.290,79
Operações de tesouraria [C]	13.962.713,51	11.739.272,42
Saldo para a gerência seguinte	132.529.702,90	165.926.109,28
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	112.745.233,16	147.737.645,72
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	19.784.469,74	18.188.463,56
Saldo global [2] - [5]	-48.775.050,57	-148.194.692,57
Despesa primária	957.157.942,71	942.184.943,26
Saldo corrente	58.282.462,37	-14.445.341,20
Saldo de capital	-108.822.990,26	-134.644.809,45
Saldo primário	-46.347.450,77	-145.588.379,19
Receita total [1] + [2] + [3]	1.114.374.453,66	1.124.581.936,51
Despesa total [5] + [6]	1.001.629.220,50	976.844.290,79

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Execução Orçamental da Receita Consolidada -

Liquidações transitadas e a receber em períodos seguintes

31 de dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubrica	Descrição Rubrica	Liquidações consolidadas 2022
Receita Corrente		
R1	Receita fiscal	
R 1.1	Impostos Diretos	
R 3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	28.396.297,22
R 4	Rendimentos de Propriedade	54.025,87
R 5	Transferências e Subsídios Correntes	102.273,36
R 5.1	Transferências Correntes	102.273,36
R 5.1.1	Admin. Públicas	102.273,36
R 5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	19.758,05
R 5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	82.515,31
R 5.1.2	Exterior - U E	
R 5.1.3	Outras	
R.5.1.5	Administração Local	
R 5.2	Subsídios Correntes	
R 6	Venda de Bens e Serviços	54.370.621,05
R 7	Outras Receitas Correntes	8.419.232,64
Receita de Capital		
R 8	Venda de Bens de Investimento	9.925.318,85
R 9	Transferências e Subsídios de Capital	5.228.685,92
R 9.1	Transferências de Capital	5.228.685,92
R 9.1.1	Admin. Públicas	5.228.685,92
R 9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3.193.263,55
R 9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	2.035.422,37
R 9.1.2	Exterior - U E	
R 9.2	Subsídios de Capital	
R 10	Outras Receitas de Capital	1.458.629,88
R 11	Reposições não Abatidas aos Pagamentos	714.947,47
R 12	Receita com Ativos Financeiros	
R 13	Receita com Passivos Financeiros	
R 14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	
Total		108.670.032,26

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa Consolidada - Obrigações transitadas e a pagar em períodos seguintes 31 de dezembro de 2022

(unidade: Euro)

Rubrica	Obrigações
	Consolidado 2022
Despesa Corrente	
D1 Despesas com o pessoal	2.084.098,80
D1.1 Remunerações certas e permanentes	636.400,83
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	108.444,85
D1.3 Segurança social	1.339.253,12
D2 Aquisição de bens e serviços	4.499.382,57
D3 Juros e outros encargos	
D4 Transferências e subsídios correntes	50.000,00
D4.1 Transferências correntes	50.000,00
D4.1.1. Administrações Públicas	
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	
D4.1.1.5 Administração local	
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	50.000,00
D4.1.3 Famílias	
D4.1.4 Outras	
D4.2 Subsídios correntes	
D5 Outras Despesas Correntes	4.354.463,80
Despesa de Capital	
D6 Aquisição de bens de capital	19.195.134,62
D7 Transferência e subsídios de Capital	
D7.1 Transferências de capital	
D7.1.1 Administrações Públicas	
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	
D7.1.1.5 Administração local	
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	
D7.1.3 Famílias	
D7.1.4 Outras	
D8 Outras despesas de capital	
D9 Despesa com ativos financeiros	
D10 Despesa com passivos financeiros	264.295.788,67
Total	294.478.868,46

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

